



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 65426 - TO (2021/0002900-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
RECORRENTE : GILSON FERRÉ SANTOS
ADVOGADOS : MURILO RODRIGUES TEIXEIRA - GO033798
CLEYDSON COSTA COIMBRA - TO007799
DARLENE COELHO DA LUZ - TO006352
MURILO MIRANDA DE OLIVEIRA - TO008178
JULLYANNY NATHYARA SANTOS DE ARAUJO - TO009008
RIAN LIMA VIDAL - TO007814
RECORRIDO : ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR : LUCAS LEAL SOUSA

DESPACHO

O recurso em mandado de segurança não foi instruído com a guia de custas e o respectivo comprovante de pagamento.

Registre-se que o "mandado de segurança é ação constitucional que objetiva proteger direito líquido e certo lesado ou ameaçado de lesão, por ato de autoridade, não amparado por habeas corpus ou habeas data" e que "tem natureza processual civil, ainda que manejado no âmbito de processo criminal, daí porque não há falar em inexigibilidade do recolhimento das custas processuais". (AgRg no RMS n. 55.950/SP, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 9/4/2018).

Dessa forma, nos termos do § 4º do art. 1.007 do Código de Processo Civil, intime-se a parte recorrente para realizar o recolhimento em dobro do preparo, no prazo de 5 dias corridos (art. 798 do CPP), sob pena de não conhecimento do recurso em mandado de segurança.

Publique-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente